



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_ª)  
 PERGUNTA Número 1353 / x ( 4ª)

Assunto: **Obras na linha de caminho-de-ferro Barreiro/Praias do Sado**

Destinatário: **Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**

*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República*

Expeça-se
Publique-se
<u>25 / 02 / 2009</u>
O Secretário da Mesa 

O Grupo Parlamentar do PCP realizou recentemente uma visita à Linha de Caminho-de-Ferro Barreiro/Praias do Sado, conhecida por Linha do Sado, precisamente no dia em que se assinalou a passagem de 150 anos desde a inauguração dos caminhos-de-ferro no Barreiro.

Esta iniciativa do PCP, para além da viagem entre Barreiro e Setúbal, incluiu ainda contactos com representantes dos trabalhadores e utentes, designadamente com a sub-CT e Comissão de Utentes da Linha do Sado. Por outro lado, a visita ocorreu na sequência de outras iniciativas sobre esta matéria, de que se destaca mais recentemente o contacto com comerciantes e moradores da freguesia da Baixa da Banheira, no Concelho da Moita.

No quadro geral da luta por um serviço público de qualidade na Linha do Sado, a entrada em funcionamento da sua total electrificação entre Barreiro e Praias do Sado, no final do ano passado, demonstrou quanto valeu a pena não desarmar. O PCP desde sempre acompanhou esta luta, em solidariedade com as acções diversificadas da Comissão de Utentes da Linha do Sado, das estruturas representativas dos trabalhadores e das autarquias.

No entanto, a herança de cinco anos de atraso no que toca à inauguração da linha globalmente electrificada, da responsabilidade de sucessivos governos e das Administrações da CP e da REFER, que a tinham prometido para 2003, arrasta consigo a manutenção de um conjunto vasto de exigências e reclamações que se mantêm na ordem do dia.

Constatámos assim que a intervenção que actualmente está a ser realizada nas infra-estruturas, por parte da REFER, apresenta ainda um significativo atraso na sua execução, nomeadamente no que diz respeito às novas estações e apeadeiros. Estes, por seu turno, não foram concebidos com as condições de conforto e segurança que se exige a uma moderna linha de caminho-de-ferro numa área metropolitana.

Na maior parte dos casos, trata-se no essencial de simples abrigos, sem qualquer estrutura ou serviço de apoio. Não se antevê qualquer espaço para bares de apoio, bilheteiras ou áreas de apoio ao utente, ou sequer instalações sanitárias. Foi ainda sublinhada a falta de resposta ao nível do estacionamento para o transporte individual, medida apontada como fundamental para a atractividade e o melhor funcionamento deste transporte, sendo uma das propostas reivindicadas pela Comissão de Utentes a existência de parques de estacionamento de utilização gratuita.





ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Por outro lado, verificámos que estas obras, com a agravante do atraso com que se estão a desenvolver, têm vindo a provocar enormes transtornos e significativos prejuízos aos moradores e comerciantes nas zonas em causa. Destaca-se aqui, desde logo, o caso da área da Baixa da Banheira. Para além do habitual incómodo que este tipo de obras sempre causa, são as condições precárias e inseguras para a circulação de peões, a falta de iluminação, a libertação de poeiras, etc. Tudo isto se tem prolongado de uma forma incompreensível.

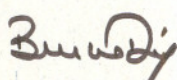
Finalmente, tomámos ainda conhecimento do inexplicável atraso com que se mantém a situação de inoperacionalidade dos ascensores, nomeadamente na Estação do Pinhal Novo. Há anos que esta situação se mantém, para transtorno dos utentes (em particular dos mais idosos e com mobilidade reduzida), sem que a REFER tenha resolvido este problema. O mesmo acontece, aliás, em relação ao caso da Estação da Venda do Alcaide, onde as precárias condições de acesso e atravessamento – incluindo escadas, acessos e até a passagem aérea pedonal – têm provocado sérias dificuldades aos utentes.

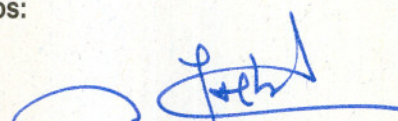
Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do **Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações**, o seguinte:

1. Quando será a conclusão definitiva da intervenção em curso na Linha do Sado? Qual a programação da obra e qual o ponto de situação da sua concretização face ao programa? Quando estarão concluídas as estações e apeadeiros em obras?
2. Como explica o Governo que se tenha optado por esta concepção e este modelo de estações e apeadeiros, sem as condições de conforto e segurança que se exige a uma moderna linha de caminho-de-ferro numa área metropolitana?
3. Admite ou não o Governo que se proceda à necessária adaptação destas infra-estruturas e equipamentos, no sentido de os dotar (no mínimo) de instalações sanitárias, zonas de apoio aos utentes e outros serviços?
4. Que medidas serão tomadas para uma oferta articulada e reforçada ao nível de parques de estacionamento para o transporte individual?
5. Que medidas serão tomadas para resolver finalmente os problemas e a falta de condições que ainda se mantêm em estações como a do Pinhal Novo ou Venda do Alcaide?
6. Que medidas serão tomadas para compensar as populações – e em particular o comércio local – face aos prejuízos causados por estas obras?

Assembleia da República, 25 de Fevereiro de 2009.

Os Deputados:

  
Bruno Dias

  
José Lourenço